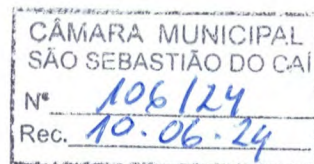




**CÂMARA
MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**

**REQUERIMENTO
(PEDIDO DE INFORMAÇÃO)**



O Vereador abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, conforme o art. 80 do Regimento Interno, REQUER que, ouvido o Plenário, seja enviado ofício, em caráter de urgência, ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para o Exmo. Sr. Governador Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite e a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, solicitando informações sobre as medidas que serão adotadas para a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, em face da recente decisão da Câmara dos Deputados referente ao Projeto de Lei (PL) 4.731/23, de 22 de maio de 2024. Este projeto concede a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos da linha branca destinados a consumidores que foram atingidos por desastres naturais ou eventos climáticos extremos.

JUSTIFICATIVA

A recente decisão da Câmara dos Deputados, ao aprovar a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos da linha branca destinados a consumidores afetados por desastres naturais ou eventos climáticos extremos, é um passo importante para a recuperação dessas famílias. Contudo, é fundamental ampliar essa medida para incluir a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de modo a potencializar os benefícios e alcançar um número maior de produtos essenciais.

A isenção do ICMS, se aprovada, não deve se limitar apenas aos eletrodomésticos da linha branca. É crucial estender essa isenção a outros produtos que são igualmente importantes para a reconstrução e apoio às famílias afetadas. Produtos como bombas de água, lava-jatos, geradores elétricos, móveis, entre outros, são essenciais para a



**CÂMARA
MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**

rápida recuperação das comunidades. Essas ferramentas e equipamentos são fundamentais para garantir o retorno à normalidade e o bem-estar das famílias impactadas por desastres naturais.

Diante da gravidade e urgência da situação, é imperativo obter uma resposta célere e positiva das autoridades competentes. Especificamente, é necessário esclarecer qual será o prazo para o início das operações de isenção do ICMS e quais procedimentos serão adotados para sua implementação.

Reitero a importância de demonstrarmos nosso compromisso com o bem-estar e a recuperação das comunidades afetadas. Assim, confio plenamente no apoio dos nobres Edis e submeto o presente requerimento à apreciação desta Casa.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2024.

Vereador **JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ**

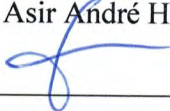

Elson Lopes


César dos Santos Junior


Claudio Renato Becker


Diego Flores


Asir André Hartmann


Anastácio da Silva


Dilson Dioclecio Pires


Nilse Maria Alves de Lima